

15 SET 1988

GAZETA MERCANTIL

Equívoco de Sarney provoca confusão no Senado Federal

por Adriana Vera e Silva
de Brasília

O presidente José Sarney enviou ontem ao Senado uma mensagem inócua, pois ela já havia sido aprovada em dezembro do ano passado. A mensagem autorizava a liberação de 25 milhões de OTN para o governo da Bahia. Depois de muita confusão, Sarney descobriu no início da noite que havia assinado o mesmo documento por duas vezes. O tumulto provocado pelo fato resultou no atraso da nomeação de Joaquim Roriz para o governo do Distrito Federal. O nome de Roriz deverá ser aprovado pelo Senado hoje.

Para terminar com a obstrução dos senadores baianos em relação à aprovação de outros empréstimos do governo federal, o presidente fechou um acordo na última terça-feira com o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito. Sarney comprometeu-se a liberar 25 milhões de OTN, mas nenhum senador sabia o destino que seria dado à verba.

Ao descobrir que a mensagem enviada ontem pelo presidente da República não tinha valor, o senador baiano Jutahy Magalhães (PMDB) protestou em plenário. "Isso no mínimo demonstra falta de organização do governo federal", disse Magalhães. Ele acusou o presidente de "continuar fazendo retaliações contra o governador da Bahia, Waldir Pires".

Magalhães afirmou ter sido interpelado pelo líder do governo no Senado, Rachid Saldanha Derzi (PMDB) que, segundo o senador da Bahia, lhe teria dito: "Aprovar a liberação da verba é fácil, o difícil vai ser conseguir o dinheiro".

Derzi não respondeu à acusação. De qualquer forma, mesmo tendo sido aprovado pelo Senado há oito meses, o empréstimo de 25 milhões de OTN não foi liberado para a Bahia até agora.

O líder pemedebista Ronan Tito, demonstrando solidariedade a Jutahy Magalhães, pediu a retirada de sua bancada do plenário do Senado. Tito, Saldanha Derzi e o líder do PFL, Marcondes Gadelha, foram então ao Palácio do Planal-

15 SET 1988

GAZETA MERCANTIL

Governadores contra o Orçamento-89

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem, no Rio, que não concorda com o projeto de lei orçamentária do presidente José Sarney para 1989 que exige dos estados o pagamento integral de suas dívidas externas e, por isso, pretende mobilizar os governadores do Rio, Wellington Moreira Franco, e de São Paulo, Orestes Quércia, para derrubar a proposta.

Ela faz parte do orçamento da União para o próximo ano, ainda pendente de aprovação do Senado. No começo da noite de ontem, assessores do governador fluminense informaram que Moreira Franco ainda aguardava o convite formal para o encontro, que Cardoso deseja realizar no próximo sábado, em Belo Horizonte.

Cardoso propõe como solução, pelo menos para o ano de 1988, que os estados possam rolar de 30 a 40% de suas dívidas, com um tempo de carência de no mínimo quatro anos. "O governo federal quer que nós paguemos esse esto-

que de dívida atrasado de uma vez só. Isso é um descalabro, um desrespeito aos estados. A solução, a meu ver, é derrubar essa parte do orçamento que trata da rolagem da dívida. Essa proposta é perversa, é má. Eu diria até duvidosa", avaliou o governador mineiro.

Revoltado com o assunto, e tratando-o sempre como "um problema grave, um erro grosseiro", Cardoso disse que, se o Brasil pode negociar sua dívida com períodos de carência que variam de três a seis anos, os estados, também, devem ter os mesmos direitos.

Cardoso participou, ontem, de uma reunião-almoço na Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no Clube Americano do Rio de Janeiro. Durante o encontro com representantes do Canadá e empresários cariocas, Cardoso falou sobre a conjuntura sócio-econômica do País e sobre o acordo de cooperação industrial entre o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi) e o governo do Canadá.

to, onde conversaram com o presidente José Sarney por cerca de duas horas.

Os três senadores retornaram ao Congresso Nacional às 19 horas, quando havia sido encerrada a sessão. Segundo eles, o presidente ficou "incomodado" com o acontecimento. "Sarney convocou os ministros Prisco Viana e João Batista de Abreu. Depois de ter dado vários telefonemas, descobriu que havia assinado o mesmo documento por duas vezes, devido a um engano do ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira", disse Ronan Tito.

O presidente da República entregou aos senadores cópias dos dois documentos idênticos. Em novembro de 1987, o então ministro interino da Fazenda, Mailson da Nóbrega, autorizou a liberação da verba. Em dezembro, entretanto, o então ministro efetivo, Bresser Pereira, reassumiu o cargo e assinou novamente a autorização, desconhecendo o encaminhamento anterior, feito por seu substituto.

Com isso, passaram a tramitar no governo dois processos iguais. Quando precisou negociar com os senadores baianos, o presidente da República recorreu "a um documento que estava em sua gaveta", co-

mo disse Ronan Tito, sem saber que ele não tinha valor.

"A mensagem será retirada com um pedido de desculpas", disse Marcondes Gadelha. Ele informou que agora o presidente Sarney vai apressar o trâmite da liberação de outro empréstimo para o governo baiano, este de 60 milhões de OTN. "Essa mensagem virá para o Senado em menos de uma semana", garantiu Gadelha.

Estavam na ordem do dia da sessão de ontem do Senado, entre outros tópicos, a apreciação de duas indicações feitas pelo presidente Sarney. A primeira é a do vice-governador de Goiás, Joaquim Roriz, para o governo do Distrito Federal.

A segunda é a nomeação do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para ser ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Ontem de manhã, Pazzianotto foi aprovado por unanimidade pelos doze membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Para que sejam efetivadas as duas nomeações, Roriz e Pazzianotto precisam obter a aprovação da maioria simples dos membros do Senado (37 senadores). Isto deverá ocorrer

na sessão marcada para as 11h30 de hoje.

O diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Antônio Canabrava, será ouvido na manhã de hoje pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado a respeito da paralisação de obras em estradas federais. Canabrava tem alegado que as obras pararam devido a cortes de verbas realizados pelo Ministério do Planejamento, na preparação do orçamento-89. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, nega que tenha havido esses cortes.

"Eu me surpreendi com o noticiário informando que o DNER suspendeu a construção e restauração de estradas alegando que as verbas haviam sido transferidas para estados e municípios. Em momento algum a Seplan fez essas transferências de verbas", declarou ontem, Batista de Abreu.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), relator da CPI da Corrupção, foi quem fez o convite para que o diretor do DNER seja também ouvido pela comissão. "O ministro Abreu me disse que se as obras pararam é porque há interesse das empreiteiras", afirmou Chiarelli.